Os desafios do ensino da Arte ministrado por professores não graduados na área em Escolas de Referência de Pernambuco

The challenges of art teaching carried out by teachers of another knowledge area in special public schools of Pernambuco

Thaynan Oliveira Sales¹
Isabelly Lima Costa²
Bruno Rodrigo da Silva Lippo³

Resumo

A implantação das escolas de referência (EREM) no Estado de Pernambuco completou 10 anos em 2018, com muitas conquistas alcançadas, porém distante do que de fato é uma escola de referência. Assim, o presente estudo teve como objetivo descrever o perfil dos professores que lecionam o componente curricular Artes, as suas dificuldades encontradas no cotidiano escolar, a concepção de Arte que possuem, sobretudo para os que não são graduados na área e como se dá o trato pedagógico com essa área do saber. Foi realizada pesquisa de campo, com entrevistas estruturadas para os professores que lecionam Arte em 06 Escolas de Referência de Ensino Médio (EREM) da rede Estadual de PE. Identificamos que, muitos professores ministram Arte, mas não são graduados na área; existe uma visão reduzida a pintura; apesar dos desafios, há esforços por parte desses profissionais para abordarem os conteúdos. Concluímos que, existe uma lacuna entre a Universidade e o “chão da escola”, a mão de obra graduada não está sendo aproveitada nas escolas e com isso, há lacunas que podem comprometer o conhecimento dos alunos devido à formação do professor não ser em Artes.

Palavras-chave: Arte. Ensino Médio. Escola de Referência. Professores.

Abstract

The implementation of reference schools (EREM) in the State of Pernambuco has completed 10 years in 2018, with many goals achieved, but far from what is in fact a reference school. Thus, the present study aimed to describe the profile of teachers who teach Art, their difficulties in daily school life, their conception of Art, especially for those who had no formation in the area, and how they deal with it, teaching in this area out of their knowledge. A field research was carried out, with structured interviews for teachers who teach art in 06 public High School Reference Schools (EREM) in the state of Pernambuco. We identified that many teachers teach Art, but They are not graduated in this area of knowledge; there is a reduced vision to painting; despite the challenges, there are efforts on the part of these professionals to address the contents properly. We conclude that, there is a gap between the University and the "school reality", the new graduated teachers have not being used in schools and because of that, there are gaps that may affect the students' knowledge due to the teacher's background is not in Arts.

Keywords: Art. High School. Reference Schools. Teachers.

¹ Graduada em Artes Visuais - UFPE, Professora da Rede Estadual de Educação de PE, thaynan.sales14@gmail.com, <http://orcid.org/0000-0003-1708-4565>.

² Graduanda em Licenciatura em Educação Física – UFPE, isabelly.costa@ufpe.br, <http://orcid.org/0000-0003-2009-2902>.

³ Graduado em Educação Física, Doutor – UFPE, Professor dos Cursos de Educação Física da UFPE, profbrunolippo@gmail.com, <http://orcid.org/0000-0003-4582-8613>.

Introdução

O *insight* inicial do presente estudo é fruto de apontamentos do estágio Curricular na graduação de Licenciatura em Artes Visuais na UFPE, realizado numa EREM, no ano de 2017, nas duas últimas turmas desse nível de ensino, em que as aulas de Artes eram ministradas por um professor que tinha a formação em outra área, o que o limitava bastante no trato pedagógico. A estrutura da sala de aula também era um fator prejudicial, pois não havia nenhum tipo de ventilação e nenhum espaço adequado para as atividades práticas, assim como nenhum material específico também.

A partir deste fato, diversos questionamentos começaram a surgir, como por exemplo, que tipo de ensino de Artes está sendo ministrado e em que referência a escola e o professor designado para função estão se baseando? que tipo de referência é essa? referência de quê e para quem? O ensino de Artes está sendo transmitido de forma “séria” assim como as outras disciplinas do currículo?

Nesse diapasão, a presente pesquisa investigou como se dá o ensino de Artes com seus desdobramentos didático-pedagógicos em Escolas de Referência (EREM) da cidade do Recife - PE. Sendo assim, fomos conduzidos pela seguinte pergunta condutora: O ensino do componente curricular Artes em escolas de referência é de fato uma referência? Diante dessa pergunta, o objetivo da presente pesquisa é debater como o componente curricular Artes é trabalhado na EREM da rede estadual de Pernambuco.

1. O sistema educacional no Brasil e a inserção da Arte como obrigatoriedade nas escolas

Atualmente, é comum enxergarmos a Arte como parte integrante de um currículo escolar, seja no ensino fundamental ou no médio. As disciplinas referentes às áreas de comunicação e expressão estão, por vezes, em evidência nos currículos

e atividades das escolas básicas do ensino regular. Mas, nem sempre, o panorama era dessa forma. Segundo Barbosa (2002), Rosa (2005) e Biasoli (1999), a Arte foi introduzida em nossos currículos, na reforma de 1971, através da LDB 5.692/71 (BRASIL, 1971), mas não foi introduzida como uma disciplina obrigatória de Artes, mas sim, com o título de Educação Artística, para ser apenas uma atividade artística nas escolas:

Art. 7º Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, observado quanto à primeira o disposto no Decreto-Lei n. 369, de 12 de setembro de 1969 (BRASIL, 1971, p. 4).

Porém, os profissionais que agora estariam legitimados para o ensino de Artes, eram antes professores de Desenho, Música, Artes Aplicadas, entre outras, que lecionavam apenas conteúdos específicos de suas áreas, e agora estariam englobando suas especificidades em atividades artísticas. Como um ensino poderia ser completo se faltava a esses profissionais uma base de conteúdo específico em Arte? Segundo Ferraz e Fusari (2001), esses professores encontraram dificuldade em aprender e em colocar em prática novos métodos de ensino dentro dos espaços escolares, o que resultava em aulas pouco fundamentadas e suas práticas distante de tudo que um processo teórico-metodológico precisavam para ser executado – eram práticas diluídas.

Numa tentativa de resolver a questão da obrigatoriedade desse novo componente, e devido à defasagem dos professores que estavam atuando em sala de aula, foram criados cursos de licenciaturas de curta duração (dois anos), com um ensino rápido, imediatista, até porque os profissionais já estavam atuando, com a aceleração da formação para suprir as necessidades desse novo currículo. Porém, a aprendizagem desses profissionais se tornava rasa.

Segundo Alvarenga (2014), surge na década de 1980 movimentos e associações de arte/educadores com a tentativa de acabar com esses cursos de

curta duração, chamados polivalentes, para transformá-los em cursos de licenciatura plena, com uma formação de no mínimo quatro anos, contendo apenas uma linguagem específica para cada curso.

E a partir desses movimentos e manifestações, que a atual legislação modifica a nomenclatura Educação Artística para Arte, assim como modifica também o termo Atividade para Disciplina, legitimando assim a obrigatoriedade da disciplina Arte para os currículos educacionais. Proporciona também o surgimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em linguagens separadas, fornecendo aos professores cursos fundamentados na área específica do seu campo. Essa legitimação foi de muita importância para que o ensino da Arte fosse vista e pensada de forma diferente, como uma disciplina obrigatória, que deve ser entendida com o mesmo “peso” que as demais disciplinas possuem.

Apesar das conquistas, ainda existe muita defasagem quanto à relevância do conteúdo dentro das escolas. Ser obrigatório não significa que é oferecido com a mesma prioridade que os conteúdos das outras disciplinas. Porque é tão difícil encontrar professores formados na área de Arte dentro das salas de aula das escolas públicas? São questionamentos que vamos discutir ao longo do nosso estudo.

2. A implantação da educação integral no Estado de Pernambuco

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional afirma em seu artigo 34: A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola (BRASIL, 1996, p. 12).

O Plano Nacional de Educação, de 2001, também seguia pelo mesmo viés, defendendo o tempo integral e a ampliação da jornada escolar.

Em 2007, foram implantadas no Estado de Pernambuco um mapa estratégico que acompanhava mensalmente as ações que as Secretarias Estaduais

de Segurança, Saúde e Educação desenvolviam. Esse acompanhamento era realizado através do Programa de Modernização da Gestão Pública com a finalidade de avaliar o Programa de Educação Integral, que foi iniciado em 2008 pela Lei Complementar nº 125, e que tinha a finalidade de reestruturar o Ensino Médio.

O programa priorizava a melhoria da qualidade social da Educação, tendo também como meta a ampliação de matrículas no Ensino Médio Integral, criando assim as Escolas de Referência do Ensino Médio e as Escolas Técnicas Estaduais, exclusivas de Ensino Médio (DUTRA, 2014).

A partir disso, em 2010, foram criadas em Pernambuco 160 Escolas de Referência em Ensino Médio, com capacidade para atender 50% da demanda dos estudantes dessa etapa de ensino, que ofereçam um ensino de qualidade e que tenha um olhar para além da aprendizagem dos conteúdos (DUTRA, 2014).

3. A Arte no ensino médio

Especificamente sobre o Ensino Médio, aduz os Parâmetros Curriculares de Arte – Ensino Fundamental e Médio (2013) sobre os conteúdos de Arte nas escolas:

O currículo da disciplina Arte relaciona-se diretamente com a vivência dos educandos. Por ser contemporânea em sua ação, privilegia o aprendizado diário como fonte para o raciocínio específico de cada uma de suas áreas de expressão e seus desdobramentos (BRASIL, 2013, p. 28).

Com isso, para que as escolas públicas tenham um currículo e conteúdos iguais em todos os estabelecimentos de ensino, independente do meio em que ela esteja inserida e da forma como os estudantes compreendem esse ensino, a Secretaria de Educação de Pernambuco (SEDU-PE) definiu com base nos Parâmetros Curriculares de PE, os conteúdos de Arte que devem ser abordados bimestralmente nas escolas, de acordo com seus eixos, expectativas de aprendizagem e série.

A grande dúvida é se esses conteúdos abordam de fato a realidade cultural dos alunos e em que esses conteúdos prontos, moldados em tabelas, proporcionam a aprendizagem dos estudantes dessas escolas. Além do fato preocupante quanto aos professores, que muitas vezes, como vimos no decorrer da presente pesquisa, não são lotados em suas devidas áreas do conhecimento e se deparam com conteúdos prontos e obrigatórios para o ensino médio.

4. Metodologia

De acordo com os objetivos elencados no presente estudo, o percurso teórico adotado foi a abordagem qualitativa. Nesse modelo, existe uma relação entre o pesquisador e o que está sendo pesquisado, a partir de questionamentos que vão sendo discutidos durante a própria investigação (DENZIN; LINCOLN, 2006). Minayo (2000a) diz que, a pesquisa qualitativa responde a questões particulares e trabalha com um universo de múltiplos significados. Assim, essa prática possibilita aos pesquisadores procurar penetrar minuciosamente no assunto pesquisado e possibilidade de maior visibilidade sobre o tema. A escolha desta abordagem para a pesquisa teve como eixo central a busca pela compreensão do tema abordado, seus pontos positivos e possibilidades de melhoria do ensino da Arte, e conseqüentemente, obter um conhecimento mais aprofundado desse objeto.

Com a anuência da SEDU-PE e das direções, quatro EREM do Recife e Região Metropolitana foram escolhidas por conveniência, sendo entrevistado o professor responsável pelo ensino de Arte de cada um delas. As entrevistas foram estruturadas através de formulários, baseado nas nossas indagações e objetivos, com perguntas do tipo exploratórias que foram respondidas de forma livre pelos entrevistados sem condições pré-estabelecidas pelo pesquisador (MINAYO, 2000). A Técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (Lefevre, 2003) foi utilizada para analisar o discurso dos professores.

5. Resultados

De posse dos objetivos e pressupostos destacados nas seções anteriores, elaboramos as seguintes perguntas (Tab.1) aos professores que ministravam Arte:

Tab. 1 - Respostas dos professores

<p>Pergunta 1: Na referida escola, é obrigatório em seu currículo, para o Ensino Médio, a disciplina de Arte?</p>	<p>Professor (a) – A: “Sim, e também entra nas disciplinas para reprovação”.</p> <p>Professor (a) – B: “Sim, é obrigatório. A disciplina foi diluída entre os professores da escola para complementação de carga horária”.</p> <p>Professor (a) – C: “Sim, cabe destacar que em toda Rede de Ensino Médio da Secretaria de Educação há obrigatoriedade do ensino de Arte”.</p> <p>Professor (a) – D: “Sim”.</p>
<p>Pergunta 2: Todas as séries do Ensino Médio possuem a disciplina?</p>	<p>Professor (a) – A: “Sim, o 3º ano esse ano ainda é regular e não têm, mas no próximo ano será inserida”.</p> <p>Professor (a) – B: “Sim, mas funciona como complementação de carga horária”.</p> <p>Professor (a) – C: “Sim”.</p> <p>Professor (a) – D: “Sim”.</p>
<p>Pergunta 3: O professor(a) responsável pela disciplina tem formação específica na área de Artes? Se não, qual a formação do professor(a) e por que ministra a disciplina?</p>	<p>Professor (a) – A: “Pedagogia e cursando especialização em Arte e Educação. Disciplina permitida pela secretaria”.</p> <p>Professor (a) – B: “A escola possui sete professores responsáveis pela disciplina. O professor (a) B possui graduação/formação em matemática, pedagogia e letras”.</p> <p>Professor (a) – C: “Não. Formação em História e especialização em História das Artes e Religiões (UFRPE). Necessidade de complemento de carga horária”.</p> <p>Professor (a) – D: “Não. Letras (Licenciatura em português e inglês). Leciono porque paguei várias cadeiras relacionadas a Artes, como Cultura Brasileira e várias outras de Literatura”.</p>
<p>Pergunta 4: O professor(a) sente dificuldade em ministrar a disciplina nas séries do Ensino Médio nesta instituição? Comente.</p>	<p>Professor (a) – A: “Sim, como em qualquer escola pública muitas vezes não temos recursos (espaço adequado, material necessário como tinta, pincéis, telas, papel...)”.</p> <p>Professor (a) – B: “Sim, como artes é diluída, os alunos não tem uma referência de professor, pois eles têm vários e de outras formações”.</p> <p>Professor (a) – C: “Sim. Devido a falta de recursos, a exemplificar, laboratório, sala específica para arte”.</p> <p>Professor (a) – D: “Não, apesar de não ser profissional da área”.</p>
<p>Pergunta 5: A escola possui</p>	<p>Professor (a) – A: “Não. Não”.</p>

<p>uma estrutura adequada para as aulas de Arte (teórica e prática)? A escola possui materiais suficientes e adequados para as aulas?</p>	<p>Professor (a) – B: “O único material que a escola possui é o livro de artes e materiais mínimos. A estrutura não é adequada, a sala de aula é uma sala normal, sem nada que se refira a artes”.</p> <p>Professor (a) – C: “Não, mas cabe destacar em caso de oficinas, feiras ou eventos na estrutura da unidade escolar, o professor recebe apoio de materiais”.</p> <p>Professor (a) – D: “Área apropriada não, mas temos, na medida do possível, os materiais que preciso, especialmente para desenho e pintura”.</p>
<p>Pergunta 6: O professor(a) considera os conteúdos que estão propostos no site da SEDU, em “conteúdos de arte por bimestre para o ensino médio com base nos parâmetros curriculares de PE”? Ou segue o seu próprio cronograma?</p>	<p>Professor (a): - A: “Um pouco de cada”.</p> <p>Professor (a) – B: “Eu misturo. Eu observo o que está posto no site, observo a realidade dos alunos, o que é interessante para eles e o que seria possível oferecer e assim faz o seu cronograma. Eu adequo de acordo com a violência e os materiais disponíveis”.</p> <p>Professor (a) – C: “Sigo as orientações do plano de ensino sugerido pelo Programa Integral e Secretaria de Educação”.</p> <p>Professor (a) – D: “Sim, mas faço algumas adaptações”.</p>
<p>Pergunta 7: O professor(a) considera importante seguir os conteúdos obrigatórios do currículo? Acha que são suficientes ou que precisaria de uma reforma nos currículos escolares para melhoria da formação dos estudantes? Comente.</p>	<p>Professor (a): - A: “Se faz necessário uma melhoria, pois temos que levar em conta o cotidiano do aluno”.</p> <p>Professor (a) – B: “É preciso haver uma adequação, pois os conteúdos são muito truncados. A escola não oferta um espaço para que se ministrem os conteúdos obrigatórios, então precisa de uma adequação dos conteúdos reais e ideais”.</p> <p>Professor (a) – C: “O currículo da disciplina Arte deve passar por reformas para que possa contemplar muitas habilidades e competências da matéria”.</p> <p>Professor (a) – D: “Acho. Mas, como disse na pergunta anterior, faço as devidas adaptações para atender as necessidades do ENEM”.</p>
<p>Pergunta 8: Os alunos demonstram gostar e interagir nas aulas de Arte ou participam apenas por ela ser obrigatória?</p>	<p>Professor (a): - A: “Interagem na medida do possível, em outros momentos é mais por obrigação”.</p> <p>Professor (a) – B: “Participam apenas por ser obrigatória. Se não há uma avaliação, os alunos não participam e não interagem”.</p> <p>Professor (a) – C: “A interação ocorre nas aulas práticas nas atividades de desafios criativos. Nas aulas teóricas os educandos participam porque são obrigados”.</p> <p>Professor (a) – D: “Gostam, com certeza. E mais, eles fazem atividades extraclasse para os nossos projetos ligados à disciplina como: o festival de cultura inglesa, o literarte, o</p>

	<i>halloween</i> e a consciência negra”.
Pergunta 9: O professor(a) tem considerações a fazer para melhoria do currículo e do ensino de Arte nas escolas?	<p>Professor (a): - A: “O espaço adequado, materiais necessários que são básicos”.</p> <p>Professor (a) – B: “Várias. A maneira que os estudantes de Artes da Universidade aprendem é muito distante da realidade. Deveria existir uma parceria e que os alunos participassem da escola durante toda a graduação. Precisa existir mais investimento para a educação para que o aluno tenha uma base desde a educação infantil”.</p> <p>Professor (a) – C: “Tendo em vista que o Ensino da Arte deve desenvolver nos alunos um olhar diferenciado, sensível e crítico. Cabe destacar que o ensino da arte deve proporcionar a construção de conhecimento através da diversificação de linguagens e meios para a construção de conhecimento através da expressão e comunicação. Ressalto a necessidade de aumentar a carga horária, tendo em vista, que 01 hora aula por semana é insuficiente para alcançar os objetivos e competências a serem alcançadas pela disciplina”.</p> <p>Professor (a) – D: “Sim. Acho que o currículo poderia explorar mais os eixos temáticos e ter uma maior preparação para o ENEM”.</p>

Elaboração dos autores (2021).

7. Discussão e conclusão

Em relação à importância da disciplina, observamos que é notório que a mesma possui um fundamento no currículo escolar, assim como para a vida do aluno, como o Professor (a) “A” diz “... chega até a reprovar”. Como se a reprovação a tornasse tão importante como qualquer outra disciplina da grade curricular. É como se para o aluno, ela também é tão importante quanto a matemática, geografia ou português; pois também há a não aprovação, caso não se alcance uma média anual.

Por sua vez, o professor (a) “B” nos disse que para que os alunos não fiquem sem aula, já que a professora de Artes tinha sido transferida para outra escola, a carga horária ficou diluída para os demais professores, de modo que os alunos não ficassem sem o conteúdo; garantindo assim, a importância da disciplina. Contudo, a real importância parece não ser essa, mas sim, o fato de que eles (professores)

devem alcançar uma determinada carga horária e pelo fato de sobrar essas horas, se faz necessário que complementem com a disciplina de Arte.

Para a nossa surpresa, apesar do componente Arte ser obrigatório no ensino na rede estadual, numa das escolas, oferta-se somente até o segundo ano do ensino médio (pelo fato do 3º ano ser mais voltado para o ENEM e com isso é focado em algumas disciplinas específicas, a exemplo física e matemática).

No que concerne à área de formação, os professores são graduados em áreas diversas, mas não Artes. Aqui, vemos que já há um malogrado da SEDU-PE para com este componente. Apesar disso, observa-se um esforço altruísta por parte dos professores para ministrar as aulas de forma significativa para os alunos e que a mesma fique com relevância, pois tentam inserir conteúdos que tenham transversalidade.

A esse respeito da formação do professor, nos remete aos anos 40, quando houve a criação das Escolinhas de Arte, quando o processo de educação era apenas por transmissão. Hoje, passados quase 70 anos, não se visualiza uma política efetiva, mesmo com a entrada em vigor da LDB 9394/96, pois mesmo com a sua eficiência, não há eficácia, como foi encontrado na presente pesquisa, em que uma das escolas não possui o componente Arte no ensino do terceiro ano.

As escolas, hoje, funcionam como as Escolinhas de Arte de 1948, que não precisava de professores graduados na área. Brandão (2011) afirma que há educação mesmo onde não exista escola e há em todos os lugares onde houver estruturas sociais para a transferência do saber. Existe a transferência do saber nas EREMs, mas de forma assistemática, o que não é o ideal nos cenários atuais, na qual o ensino de Arte é institucionalizado e obrigatório como componente curricular.

A este respeito, Ana Mae Barbosa (1999) reforça esse pensamento quando diz:

Arte não é apenas básico, mas fundamental na educação de um país que se desenvolve. Arte não é enfeite. Arte é cognição, é profissão, é uma forma diferente da palavra para interpretar o mundo, a realidade, o imaginário e é

conteúdo. Como conteúdo, arte representa o melhor trabalho do ser humano (BARBOSA, 1999, p. 04).

Podemos dizer que o ensino de Arte nas EREM é tratado como um ensino não formal, que é um processo de aprendizagem a partir das experiências vividas e compartilhadas através da figura de um educador social, como afirma Gohn (2010). Os professores das EREM do nosso estudo não são na área de Arte, então, acabam por fazerem esse papel de educador social com uma educação não formal dentro de espaços institucionalizados; um paradoxo. O ensino da Arte funciona nas EREM como uma atividade artística, como quando foi introduzido na antiga LDB 5.692/71, que era apresentada com o título de Educação Artística, como afirma Barbosa (2002), Rosa (2005) e Biasoli (1999).

De acordo com Vianna (2011), houve um estudo realizado por Sardelich (2001) com professores de Arte no ensino básico do Município de Feira de Santana, em que foi constatado negligência dos professores quanto ao seu aprimoramento profissional e que a falta de formação específica na área de Arte era um fator prejudicial na educação, pois a grande maioria dos professores que estavam atuando eram formados em pedagogia, enquanto uma quantidade mínima tinha formação em Educação Artística, e com isso existia uma grande dificuldade por parte desses professores em adequar os conteúdos da disciplina ao contexto escolar e cotidiano dos alunos.

Saldaña (2017) afirma que apenas 26% dos graduados em Arte atuam com esse componente. Mas, Alvarenga (2014) também afirma que houve um aumento de 1500% (mil e quinhentos por cento) nos cursos de Licenciatura em Arte no Brasil entre os anos de 2004 e 2012. Onde estão atuando esses profissionais que não chegam às salas de aula?

Apesar dos professores do nosso estudo fazerem esforço para que haja um diálogo entre as suas formações e o ensino da Arte e que esse diálogo consiga alcançar os alunos em suas aulas, a falta do aprimoramento profissional é um fator

muito preocupante quando pensamos na formação do indivíduo que precisa conhecer, identificar, relacionar, compreender e experimentar a Arte como parte integrante de sua formação e conhecimento do mundo em que vive.

O que existe na prática dos professores na presente pesquisa é o que Ferraz e Fusari (2001) denominam de “prática diluída”, na qual os métodos e conteúdos de tendência tradicional e novista se misturam, sem grandes preocupações, com o que seria melhor para o ensino da Arte (FERRAZ; FUSARI, 2001, p. 43). Essa visão é ainda mais capilarizada e aprofundada em Ana Mae Barbosa (1999), quando diz que a Arte não é apenas o básico, como vimos *in loco*; não por culpa apenas dos professores que não são da área, mas pela negligência dos atores políticos responsáveis por manterem àquelas práticas.

Sabendo-se que, apesar do esforço dos professores como foi visto nas respostas das entrevistas, há outro entrave: a estrutura. Observamos que as escolas não possuem espaço adequado e as aulas são realizadas dentro da própria sala, no calor, sem espaço e sem materiais necessários, colaborando para o sucesso parcial dos objetivos propostos de forma mínima necessária.

Apesar de a estrutura ser esperada, em uma das escolas, um professor respondeu que, quando há festivais, oficinas, feiras ou eventos, os professores recebem apoio de materiais. Ou seja, ao longo do ano, há apenas livros didáticos e materiais básicos como papel ofício e lápis de cor – uma visão reducionista da Arte.

O investimento de materiais só existe nos eventos promovidos pela escola, mas durante as aulas em todo ano letivo, esses investimentos não chegam à sala de aula, o que nos leva a conjecturar que a falta de materiais não é resultado de uma falta de verba, mas sim, da vontade e do interesse de quem administra esses recursos.

Dentro desse entrave, podemos ressaltar também o fato de que a falta de recursos e de materiais didáticos necessários para concretização das aulas de Arte prejudica na efetivação dos conteúdos propostos pelos professores, o que também

pode influenciar bastante na questão didática do professor e na realização das suas aulas.

Sabendo-se de que há uma incompletude entre a teoria e prática de Arte, a SEDU-PE oferece um plano bimestral de conteúdos que os professores de Arte têm que seguir durante suas aulas, mas como seguir esse planejamento se a própria SEDU-PE não disponibiliza para as escolas os materiais mínimos e a estrutura necessária para a realização desses conteúdos? É preciso que haja uma adequação por parte do professor, como o professor (a) “B”, em uma de suas respostas, afirma: *“É preciso haver uma adequação, pois os conteúdos são muito truncados. A escola não oferta um espaço para que se ministrem os conteúdos obrigatórios, então precisa de uma adequação dos conteúdos reais e ideais”*.

Devido a essa falta de material e estrutura adequada, os conteúdos e as aulas de Arte acabam caindo em desuso e se tornando pouco atrativo e interessante para os alunos, pois eles não conseguem fazer uma relação dos conteúdos com a sua vivência, e assim, acabam criando a referência de que a Arte e seus conteúdos são menos importantes e que podem ser descartados em sua formação.

Vianna (2011), afirma isso quando fala da falta de interesse dos alunos para a Arte como disciplina:

Partindo do ponto de vista do aluno, percebe-se que ele também não leva o ensino das artes tão a sério como outras disciplinas. Talvez isso seja um reflexo das atitudes de desmotivação do próprio professor. Um outro grande problema, talvez o maior deles, é a mentalidade do ensino funcional, o aluno sempre pergunta para que serve, aonde vai usar isso, e ele sempre busca saber se o que estão aprendendo vai ser útil em sua vida. Eles têm razão em perguntar isso nesse contexto funcionalista do ensino atual, uma vez que o próprio modelo de educação, por ser um sistema no qual se educa para enfrentar uma sociedade capitalista, um mercado competitivo, desenvolve a cultura de que só é funcional o que irá ser bom para o aluno amanhã se sobressair no mercado de trabalho, esquecendo, muitas vezes, que as atividades no campo da arte podem ajudar a desenvolver a sensibilidade da criança e também podem ser muito útil a elas (VIANNA, 2011, p. 77).

Segundo os professores entrevistados no nosso estudo, a grande maioria afirma a mesma resposta quando se referia a participação e interesse dos alunos

pelo componente em sala de aula. Afirmaram que os alunos participam apenas por ser um componente obrigatório no currículo, e que se a obrigatoriedade não existisse, o conteúdo não teria nenhuma relevância para eles. O professor (a) “C” chega a afirmar em sua resposta que existe a interação apenas nas aulas práticas: *“A interação ocorre nas aulas práticas nas atividades de desafios criativos. Nas aulas teóricas os educandos participam porque são obrigados”*.

Um grande fator que também contribui para a falta de interesse dos alunos na disciplina, além da falta de recursos e estrutura, é que os professores não conseguem fazer a ligação do conteúdo com a realidade do seu aluno. O aluno se utiliza da Arte apenas dentro da sala de aula. Quando o aluno começar a enxergar o cubismo, por exemplo, dentro da sua casa, no seu cotidiano, o conteúdo já não vai ser tão desnecessário e fora da sua realidade na visão do aluno. É preciso sim fazer uma adequação dos conteúdos e levar para sala de aula uma construção crítica voltada para uma Arte experimental e que haja uma relação com os alunos e suas vivências.

Em relação ao tempo em sala, em uma das EREM constatou-se que, a quantidade de aulas de português, por exemplo, são oito aulas por semana, cada uma com 50 minutos de duração, e que a de Arte é apenas uma aula por semana. O professor (a) “C” reforça a importância do aumento da carga horária da disciplina, quando diz: *“Ressalto a necessidade de aumentar a carga horária, tendo em vista, que uma hora aula por semana é insuficiente para alcançar os objetivos e competências a serem alcançadas pela disciplina”*. Os poucos minutos que são dados para a disciplina não propicia o tempo suficiente para o desenvolvimento pleno das atividades previstas na semana.

Dentro da pesquisa, pudemos encontrar e apontar diversas falhas no sistema das EREM, escolas consideradas referência no ensino. Mas, talvez, essas referências não tenham ainda alcançado o ensino da Arte, que apesar de suas conquistas ao longo da história como demonstramos no nosso estudo, ainda vem

sendo defasado pelos órgãos responsáveis pela educação. As EREM, pelo menos no ensino da Arte, ainda se faz necessário avançar sistematicamente para alcançar essa referência. Afinal, a referência é de quê e pra quem?

Referências

ALVARENGA, Valéria Metroski. Licenciatura em artes visuais no brasil: mapeamento da distribuição de cursos e análise da demanda de acesso as vagas. **Revista Ciclos**, Florianópolis, V. 2, N. 3, Ano 2, dezembro de 2014.

AZEVEDO, F. A. G. **Movimentos Escolinhas de Arte**: em cena memórias de Noêmia Varela e Ana Mae Barbosa. 2000. 166 f. Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações Artes. Centro de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 170-182, Dec. 1989. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141989000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Apr. 2018.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino da arte**: anos oitenta e novos tempos. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BARBOSA, Ana Mae. Arte Educação no Brasil. São Paulo: Perspectiva; 1999.

BORGES, Ana Lúcia Gonçalves Paraizo. **O ensino da arte e a escolinha de arte no Brasil**. Trabalho de conclusão de curso, Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Consultado em 20/04/2018, 22h40.

BRASIL. LEI No 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 16 de fevereiro de 2017.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1998.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Documento homologado pela Portaria nº 1.570, publicada no D.O.U. de 21/12/2017, Seção 1, Pág. 146. Disponível em: file:///C:/Users/Samsung/Desktop/Textos%20para%20o%20TCC/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site.pdf. Consultado em: 17/07/2018

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUTRA, Paulo Fernando de Vasconcelos. **Educação integral no estado de Pernambuco: uma realidade no ensino médio**. Dissertação de mestrado Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2013.

FERRAZ, M. H. C.; FUSARI, M. F. R. **Metodologia do ensino da arte**. 2. de. São Paulo: Cortez, 2001.

IPHAN. Missão **Artística Francesa no Brasil completa 200 anos**. Disponível em http://www.cultura.gov.br/noticiasdestaques//asset_publisher/OiKX3xIR9iTn/content/missao-artistica-francesa-no-brasil-completa-200-anos/10883. Consultado em: 20/05/2018.

LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. A utilização da metodologia do discurso do sujeito coletivo na avaliação qualitativa dos cursos de especialização “Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos em Saúde-CADRHU”, São Paulo – 2002. **Saúde e Sociedade**, v.12, n.2, p.68-75, jul-dez 2003.

MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. de Souza-Minayo MC, compilador. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, v. 23, p. 9-29, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2000a.

SALDAÑA, Paulo. Quase 50% dos professores não têm formação na matéria que ensinam. **Folha de São Paulo**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2017/01/1852259-quase-50-dos-professores-nao-tem-formacao-na-materia-que-ensinam.shtml>. Acessado em: 24/04/2018.

VIANNA, Fernanda Brentegani. **A arte na escola: uma análise qualitativa do ensino de arte na rede pública**. Fortaleza, v. 2 - n. 1, p. 71-77, jan./jun. 2011